



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 1 de 72

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **Divisão de Licitação da Polícia Penal do Estado do Paraná – CNPJ 76.416.932/0001-81**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO:

nº GMS: 88/2026

UASG: 453079

nº ComprasGov: 90088/2026

TIPO: Menor preço

UASG: 453079

Início da sessão / disputa de lances:
14 h 00 min do dia 19/05/2026

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de **camisas tática manga curta para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná.**

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é **R\$ 1.894.039,50 (Um milhão oitocentos e noventa e quatro mil trinta e nove reais e cinquenta centavos);**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 3917.06.421.30.8383

Elemento da despesa: 3390.30

Fonte: 500 /501

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.compras.gov.br.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas www.pncp.gov.br, www.comprasparana.pr.gov.br e www.compras.gov.br.

Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeiro HEVERTON GIL SANTOS GONÇALVES SCHUPEL e equipe de apoio, designados pela Resolução/Portaria n.º 051/2025 DEPPEN/GABINETE, servidores da Polícia Penal do Paraná.

- E-mail: dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

- Telefones: (41) 3294-2990

- Endereço: Rua Maria Petroski, 3312 – Bacacheri - 82600-730 - Curitiba - PR

- O atendimento será feito no horário das 08h00 às 12 h e das 13h00 às 17 h

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico site www.comprasparana.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 2 de 72

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é a soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote, fixada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de (MENOR PREÇO).

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.”

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

6 CONSÓRCIO:

6.1 “Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.”

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta do Contrato
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 3 de 72

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor ou, ainda, por meio dos telefones 0800.978.9001 para todas as localidades, suporte técnico realizado de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 20:00 horas.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 4 de 72
---------------------------	-------------------------------------	-------------------------

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de [R\$0,10] (dez centavos de real).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 5 de 72
---------------------------	-------------------------------------	-------------------------

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo de Menor preço e os das ofertas com preços até 10 (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a **ordem crescente de valores de Menor preço**.

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o de **Menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 6 de 72
---------------------------	-------------------------------------	-------------------------

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.3.2.1 Itens

Camisa padrão uniforme DEPPEN – Policiais - M

Camisa padrão uniforme SETOR DE OPERAÇÕES ESPECIAIS – SOE / DEPPEN - M

Camisa padrão uniforme DEPPEN – Quadro Próprio da Polícia Penal - M

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 7 de 72

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 8 de 72

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 9 de 72

ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 10 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba – Paraná, *datado eletronicamente*

Assinado eletronicamente

Adriano da Costa Nunes

Responsável pela elaboração da minuta de edital

Divisão de Licitação - DEPPEN

Assinado eletronicamente

Heverton Gil Santos Gonçalves Schupel o

Responsável pela condução da licitação

Divisão de Licitação - DEPPEN



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 11 de 72

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE CAMISAS TÁTICA

PROTOCOLO: 24.384.850-4

1 OBJETO

1.1 Aquisição de camisas tática manga curta para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná, a fim de serem disponibilizadas aos policiais penais, conforme especificações das planilhas abaixo:

LOTE 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (CRITÉRIO DE DISPUTA)	VALOR TOTAL
01	109018	CAMISAS COMBAT SHIRT - PP	894	R\$ 254,13	R\$ 227.192,22
02	109018	CAMISAS COMBAT SHIRT - P	1.108	R\$ 254,13	R\$ 281.576,04
03	109018	CAMISAS COMBAT SHIRT - M	1.452	R\$ 254,13	R\$ 368.996,76
04	109018	CAMISAS COMBAT SHIRT - G	1.661	R\$ 254,13	R\$ 422.109,93
05	109018	CAMISAS COMBAT SHIRT - GG	885	R\$ 254,13	R\$ 224.905,05
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 1.524.780,00



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 12 de 72

LOTE 2 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (CRITÉRIO DE DISPUTA)	TOTAL
06	109036	CAMISAS SOE - PP	50	R\$ 349,67	R\$ 17.483,50
07	109036	CAMISAS SOE - P	110	R\$ 349,67	R\$ 38.463,70
08	109036	CAMISAS SOE - M	166	R\$ 349,67	R\$ 58.045,22
09	109036	CAMISAS SOE - G	74	R\$ 349,67	R\$ 25.875,58
10	109036	CAMISAS SOE GG	20	R\$ 349,67	R\$ 6.993,40
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 146.861,40

LOTE 3 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (CRITÉRIO DE DISPUTA)	TOTAL
11	109018	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - PP	128	R\$ 255,63	R\$ 32.720,64
12	109018	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - P	160	R\$ 255,63	R\$ 40.900,80
13	109018	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - M	214	R\$ 255,63	R\$ 54.704,82
14	109018	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - G	242	R\$ 255,63	R\$ 61.862,46
15	109018	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - GG	126	R\$ 255,63	R\$ 32.209,38
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 222.398,10

TOTAL DE CAMISAS 7.290 unidades.

1.1.1 O preço máximo global estimado para o presente processo licitatório é de **R\$ 1.894.039,50**
(Um milhão oitocentos e noventa e quatro mil trinta e nove reais e cinquenta centavos);

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 13 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

1.2.1.1 As especificações técnicas dos objetos estão descritas no ANEXO I - A deste Termo de Referência, e foram detalhadas de forma a garantir que as camisas tenham qualidade e cumpram a finalidade para a qual estão sendo adquiridas.

1.2.1.1 No momento do envio das propostas, a licitante deverá observando os parâmetros exigidos, comprovar através da apresentação de Laudo Técnico original ou cópia autenticada, emitido por laboratório independente acreditado pelo Inmetro. Os laudos devem ser emitidos em nome da empresa licitante ou do fabricante do tecido.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, não foi inserido o Catálogo Eletrônico de Contratação, em conformidade com o art. 174, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como não foi criado o Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços, de modo a atender o art. 20, II do Decreto nº 10086/2022, sendo os itens cadastrados apenas junto ao Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento deverá ser realizado em sua totalidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ordem de fornecimento;

1.4.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o lote adquirido dos objetos contratados de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

1.4.3 Os objetos deverão ser entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência e seu anexo, no seguinte endereço:

Local de entrega: A entrega dos itens deverá ocorrer no Almoxarifado do DEPPEN Localizado à Rodovia João Leopoldo Jacomel, nº 4459 – Jardim Primavera - Pinhais PR. Telefone: (41) 3589 - 3657 ou 3589 - 1745.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado deverá entregar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra **tamanho M** do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexo, no seguinte local:

Local: Sede Administrativa da Polícia Penal do Paraná - DEPPEN

Logradouro: Rua Maria Petroski, nº 3312,

CEP: 82.600-730, Cidade - Curitiba/PR,

A/C do Sr.: Joelson Muchenski Moraski

Órgão/Entidade avaliador: Departamento de Polícia Penal - DEPPEN

Fone: (41) 3294-2987

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 14 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

E-mail: compras-deppen@policiapenal.pr.gov.br

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1;

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 15 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2 DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN), responsável pela administração de 118 unidades penais e pela custódia de aproximadamente 41.552 pessoas privadas de liberdade, conta com um efetivo de cerca de 3.000 servidores, sendo 2.600 policiais penais, conforme disposto na Lei Estadual nº 13.666/2022. Nesse contexto, a instituição busca constantemente aprimorar as condições de trabalho, garantir a segurança operacional e promover a padronização do fardamento de seus servidores.

A aquisição de camisas de manga curta para compor o uniforme institucional dos policiais penais é medida essencial, fundamentada nos seguintes aspectos:

1. Padronização e Identificação Institucional

As camisas serão parte integrante do uniforme oficial, garantindo identidade visual única, fácil identificação dos policiais penais pela população e por outras forças de segurança, além de contribuir para o fortalecimento da imagem institucional do DEPPEN.

2. Adequação às Condições Climáticas e Operacionais

Considerando a natureza da atividade policial penal, que exige mobilidade, resistência e agilidade, o uso de vestimenta inadequada pode gerar desconforto, redução da performance e até riscos à integridade física. As camisas de manga curta proporcionam conforto térmico adequado, prevenindo desidratação e excesso de calor durante longos turnos, além de facilitar movimentos dinâmicos exigidos em situações de atuação operacional.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 16 de 72

3. Eficácia e Segurança das Ações Policiais

O fardamento policial configura-se como Equipamento de Proteção Individual (EPI), sendo indispensável para a execução das atividades de segurança pública. O fornecimento regular e padronizado de camisas garante que os policiais estejam devidamente equipados, assegurando tanto a eficiência das operações quanto a preservação da integridade física do servidor.

4. Reposição e Continuidade das Operações

A aquisição também contempla a reposição de uniformes desgastados pelo uso contínuo e a disponibilização de vestimentas para novos servidores que ingressam na carreira, garantindo a manutenção da padronização e a continuidade das atividades institucionais.

5. Necessidade Estratégica e Alinhamento Institucional

A medida não apenas atende a uma necessidade imediata de fornecimento de uniformes, mas se insere em uma estratégia mais ampla de valorização do policial penal, melhoria das condições de trabalho e reforço da imagem institucional.

Dessa forma, a aquisição de camisas de manga curta para policiais penais deve ser compreendida como uma necessidade operacional, estratégica e de segurança institucional, indispensável ao desempenho eficiente da atividade policial penal, alinhada às diretrizes de padronização, segurança, conforto e bem-estar dos servidores.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de camisas, destinados aos policiais penais do Estado do Paraná, com a finalidade de atender às necessidades operacionais e de segurança no exercício de suas funções, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência;

3.2 O objeto deste processo deverá possuir laudos, os quais comprovem à Administração que os bens correspondem às especificações requeridas;

3.3 Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens individuais, onde cada peça será protegida por uma embalagem de saco plástico opaco para proteção das peças, contendo na sua parte externa uma etiqueta adesiva, com o número ou tamanho da respectiva peça. Demais requisitos obrigatórios estão elencados neste Termo de Referência;

3.4 A camisa deverá apresentar durabilidade, resistência ao desgaste e às lavagens, bem como conforto e adequação ergonômica para o usuário. Devem-se observar os requisitos mínimos de qualidade, segurança e desempenho conforme as normas técnicas pertinentes, incluindo as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando aplicáveis. Além disso, as camisas deverão atender a critérios de design, vestibilidade e material que assegurem o bem-estar do usuário, respeitando as especificações técnicas estabelecidas.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 17 de 72

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 O valor total da presente aquisição é de **R\$ 1.894.039,50 (Um milhão oitocentos e noventa e quatro mil trinta e nove reais e cinquenta centavos);**

4.2 Para formação dos preços máximos foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o disposto no art. 23 §1º da Lei 14.133/2021, art. 296 e 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022:

I – Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS: Os itens GMS: 8401.109018; 8401.109036, tiveram seus preços consultados e obtidos por meio de orçamento de fornecedores, conforme registrado no Sistema GMS;

II – Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública: Foram localizados os itens através do painel de preço, conforme consta no mapa de formação de preços;

III – utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada: foi realizada a pesquisa e obtido valores no seguinte endereço: www.osoriofardamentos.com;

IV – Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços: Foram encaminhadas solicitações de orçamentos a vários fornecedores do ramo encontrados em pesquisa realizada via internet. Ressalvo que apenas 3 (três) empresas retornaram com a cotação;

V – Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná: Segue no mapa de formação de preços;

VI – Preços de tabelas oficiais: Não foi localizado preços de tabelas oficiais referente ao produto objeto da presente aquisição.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto será licitado em 03 (três) lotes, todos serão de ampla concorrência, será realizado através de pregão eletrônico e deverá ser atendido em tantas etapas quanto forem solicitadas, em conformidade com as demandas do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 No caso de aquisição e bens a Administração deverá prever que o CONTRATADO adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, art. 362 do Decreto Estadual 10.086, de 2022.

6.1.1 As camisas deverão ser preferencialmente constituídas, no todo ou em parte, por materiais sustentáveis, como fibras recicladas, atóxicas e/ou biodegradáveis, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando aplicáveis;

6.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 18 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

6.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHs (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente 9Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 No presente certame, cujo objeto refere-se à aquisição de camisetas padronizadas, divididas em três lotes, a adoção de lotes exclusivos para ME/EPP mostra-se inviável técnica e operacionalmente, uma vez que:

7.1.1 Padronização do material e acabamento – o fornecimento deve obedecer a requisitos rígidos quanto a cor, tonalidade, tipo de fio, gramatura do tecido, costura e acabamento, de modo a garantir uniformidade entre todos os lotes. A fragmentação poderia ocasionar discrepâncias de qualidade e padronização entre fornecedores distintos;

7.1.2 Risco de divergência técnica – a aquisição de um mesmo item por fornecedores diferentes ampliaria a possibilidade de variações na tonalidade da cor, no caimento do tecido e na resistência da costura, comprometendo a homogeneidade do uniforme e a identidade visual institucional;

7.1.3 Natureza do objeto – o fornecimento de vestuário padronizado exige uniformidade absoluta, sob pena de comprometer a finalidade do contrato. Essa característica específica justifica a não aplicação da reserva de lotes para ME/EPP, conforme previsto em lei;

7.2 Assim, a decisão de não destinar lotes exclusivos para ME/EPP encontra amparo na legislação vigente, uma vez que a medida, neste caso, comprometeria a padronização, a qualidade e a integridade do fornecimento, em desacordo com o interesse público. Ressalta-se que a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não está vedada; elas poderão concorrer em igualdade de condições nos três lotes, desde que atendam integralmente às exigências editalícias;

7.3 Dessa forma, nos termos do art. 49, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se o afastamento do tratamento favorecido às MEs e EPPs, uma vez que sua aplicação não se mostra vantajosa para a Administração Pública e representa risco de prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, comprometendo a eficiência e a padronização operacional indispensáveis à atuação institucional.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 19 de 72

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(s) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) d mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9 DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da ordem de fornecimento em remessa única, no endereço indicado no item 1.4.3;

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável por fazer o acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

9.6 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no item 1.4.3 deste Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante;

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 20 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.9.4 Todas as despesas de impostos, frete, seguro, testes, outros custos que recaiam sobre os equipamentos ou para a substituição, que estejam cobertos pela garantia, serão suportadas pela Contratada;

10.1.9.5 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como; em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para menor aprendiz.

10.2 São obrigações do CONTRATANTE:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 21 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo CONTRATADO, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do CONTRATADO em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 22 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou cumprimento de obrigações contratuais;

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal;

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das condições Gerais do Pregão;

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada;

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Departamento de Polícia Penal/PR, CNPJ 76.416.932/0001-81, Rua Maria Petroski, 3312, Bacacheri - 82600-730, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor de parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{6}{100} \\ 365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual de Taxa anual} = 6\%$$

12 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de habilitação previstos na lei 14.133/2021;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 23 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: **R\$ 1.894.039,50 (Um milhão oitocentos e noventa e quatro mil trinta e nove reais e cinquenta centavos);**

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão;

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições de contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14 SUBCONTRATAÇÃO

14.1 A presente aquisição não admite subcontratação em razão da natureza do objeto.

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Tendo em vista que o pagamento será efetuado somente após a entrega dos itens, posteriormente ao recebimento definitivo e também após as notas serem atestadas e certificadas pelo gestor e fiscal do contrato, assim a Administração Pública não corre riscos, por este motivo sendo dispensada a apresentação de garantia.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 9 (nove) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal. A garantia contratual, complementar à garantia legal tem como principal objetivo mitigar os riscos de vícios e defeitos que possam surgir após a entrega e o uso dos produtos. Considerando a natureza dos itens, a exigência de um prazo mínimo após o período da garantia legal se justifica para cobrir eventuais problemas que não seriam perceptíveis imediatamente, como: degradação do material; problemas de acabamento e perda de cor;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 24 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

16.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

17 VIGÊNCIA

17.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 3 (três) meses.

18 DO REAJUSTAMENTO

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). O IPCA é amplamente reconhecido como um indicador confiável e utilizado para calcular a inflação no Brasil. A sua aplicação em contratos administrativos é consistente com práticas comuns de reajuste em diversos setores, conferindo transparência e previsibilidade ao processo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

18.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado;(16/03/2026).

18.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

18.1.3 O reajuste de preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período enunciado no item 18.1.1;

18.1.4 O transcurso do período citado no item 18.1.1, sem o requerimento do fornecedor implica em preclusão;

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste;

18.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura;

18.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação discriminada:

Gestão/Unidade: 3917- Departamento Penitenciário;

Fonte de Recursos: 500/501;

Programa de Trabalho: F.06.421.30.8383- Gestão do Sistema Penitenciário;

Elemento de Despesa: 3390.30- Material de Consumo;

20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 25 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

20.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observavam integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná;

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

(assinatura eletrônica)

Francisco Nilo da Silva - Policial Penal
Chefe da Divisão de Compras - em exercício



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 26 de 72

ANEXO I - A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

CAMISA DE COMBATE (COMBAT SHIRT) – Polícia Penal do Paraná. As camisas comporão parte do uniforme institucional, garantindo que os policiais penais sejam facilmente identificados pela população e por outras forças de segurança.

1. TECIDOS:

1.1 TECIDO PRINCIPAL 1: Tipo Rip Stop, cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.

ENSAIO	NORMA	Especificação: TECIDO TIPO 1	Especificação: TECIDO TIPO 2
Composição	AATCC 20:2013 20A:2020 e	Poliéster: 46% Algodão: 47% Elastomultiester: 7% - Tolerância: ± 5%	Poliéster: 40% Algodão: 48% Elastomultiester: 12% - Tolerância: ± 5%
Estrutura	NBR 12546/2017	Tecido maquinado derivado de Sarja 3x1, com efeito Rip Stop - Tolerância: não permitida variação	Tecido maquinado derivado de sarja, com efeito Rip Stop. - Tolerância: não permitida variação
Gramatura	NBR 10591/2008	203 g/m2 - Tolerância: ± 5%	235 g/m2 - Tolerância: ± 5%
Densidade	NBR 10588/2015	Trama: 22 fios/cm Urdume: 42 fios/cm - Tolerância: ± 6%	Trama: 20 fios/cm Urdume: 42 fios/cm - Tolerância: ± 6%
Título – (Ne)	NBR 13216/1994	Trama: 21 (Ne) Urdume: 20 (Ne) - Tolerância: ± 6%	Trama: 14,80 Urdume: 18,90 - Tolerância: ± 6%
Determinação das alterações dimensionais	NBR 10320:1988	Trama: máximo de 3% Urdume: máximo de 3% - Tolerância: não permitida variação	Trama: máximo de 3% Urdume: máximo de 3% - Tolerância: não permitida variação
Resistência ao rasgo de tecidos planos	ASTM 2261:2017 D	Trama: 4,0 (kgf) Urdume: 4,0 (kgf) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 4,5 (kgf) Urdume: 4,5 (kgf) - Tolerância: valor mínimo
Abrasão	ASTM-D 4966/12 Martindale	Quantidade de ciclos: 40.000 - Tolerância: não permitida variação	
Pilling (Método)	NBR ISO 12945-1/2000	Nota: 5 - Tolerância: valor mínimo	Nota: 5 - Tolerância: valor



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 27 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Caixa)		para 40.000 ciclos	mínimo
Resistência à tração	NBR ISO 13934-1/16	Trama: 30 (kgf) Urdume: 130 (kgf) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 30 (kgf) Urdume: 130 (kgf) - Tolerância: valor mínimo
Resistência à alongamento	NBR ISO 13934-1/16	Trama: 20 (%) Urdume: 15 (%) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 23 (%) Urdume: 14 (%) - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor à luz	NBR ISO 105 B02/19 - Método 05	Nota: 4 (40 horas) - Tolerância: valor mínimo	Nota: 4 (25 horas) - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor ao suor ácido	NBR ISO 105 E04/2014	Migração poliéster: 4 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração poliéster: 4/5 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor ao suor alcalino	NBR ISO 105 E04/2014	Migração poliéster: 45 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração poliéster: 4/5 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor à lavagem doméstica e comercial	NBR ISO 105 C06/2010	Migração Algodão: 4 Migração Poliamida: 4 Alteração: 4 - Tolerância: valor mínimo	
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR ISO 105 X11:2018	Migração algodão imediata seco: 4/5 Migração algodão imediata úmido: 4/5 Alteração imediata seco: 4 Alteração imediata úmido: 4 - Tolerância: valor mínimo	
Solidez da cor à fricção	NBR ISO 105 X-12/2019	Migração trama seco: 4/5 Migração trama úmido: 3/5 Migração urdume seco: 4/5 Migração urdume úmido: 3/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração trama seco: 4/5 Migração trama úmido: 3/5 Migração urdume seco: 4/5 Migração urdume úmido: 3/5 - Tolerância: valor mínimo
Identificação da Cor (a ser definida no Termo de Referência)	173/09 da AATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 30,0 a* = 0,9 b* = - 6,0 DE < 1,80 (O DE é a variação aceitável da cor)	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 28 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

1.2 TECIDO PRINCIPAL 2 (Corpo frente e costas): Malha com elastano, com as características de FPS 50+ (UV-A e UV-B) e DRY permanentes no tecido, na cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.

Ensaio	Especificação	Norma	Tolerância
Composição	91% Poliamida 9% Elastano	AATCC 20:2013 (2018) e AATCC 20A:2020	± 5 pontos.
Gramatura	175g/m ²	NBR 10591/08	± 6%.
Título (Ne)	Trama – 60,00	NBR 13216/94	± 6%.
Densidade (cursos/cm)	Curso – 38,00 Coluna – 22,00	ABNT 12060:1991 NBR	± 6%.
Estrutura	Meia malha com elastano.	ABNT 13462:1995 NBR	Não é permitida a variação.
Solidez da Cor ao Suor Ácido	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao Suor Alcalina	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à Luz (Método 05 - 25 horas)	Nota: 3.5	NBR ISO 105 B02/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à fricção	Migração Comprimento Seco – 4.5 Migração Comprimento Úmido – 4.5 Migração Largura Seco – 4.5 Migração Largura Úmido – 4.5	NBR ISO 105 X 12/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao cloro (temperatura de lavagem de 30°C)	Alteração – 4	AATCC 61:2013	Valor de referência mínimo
Solidez de Cor à Lavagem Doméstica e Comercial (temperatura de lavagem de 30°C)	Migração Algodão – 4 Migração Poliamida – 4 Alteração – 4	ABNT NBR ISO 105-C06:2010	Valor de referência mínimo



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4		Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)		Edital - página 29 de 72	
Solidez da Cor à ação do Ferro de Passar à Quente		Migração Algodão Imediata Seco – 4.5 Migração Algodão Imediata Úmido – 4 Migração Algodão Imediata Molhado – 3.5 Alteração Imediata Seco – 4-5 Alteração Imediata Úmido – 4-5 Alteração Imediata Molhado – 3-5		ABNT NBR ISO 105-X11:2018 Valor de referência mínimo	
Pilling		Nota: 5		ISO 12945-1/2000 valor de referência mínimo	
Determinação do Fator de Proteção Solar		Classificação: 50+		AS/NZS 4399:2017 valor de referência mínimo	
Avaliação de acabamentos antibacterianos em materiais têxteis		% de Redução microorganismos > 95%		AATCC 100 Staphylococcus aureus ATCC nº 6538 Klebsiella pneumoniae ATCC nº 4352 valor de referência mínimo	
Cálculo da diferença de cor		Iluminante D65 – 10° L* = 30,0 a* = 0,9 b* = - 6,0		173/2009 da AATCC DE< 2,00	

1.3 TECIDO PRINCIPAL 3 (Recorte lateral frente e costas): Tipo malha Mesh, com as características de FPS 50+ (UV-A e UV-B) no tecido, na cor: cinza chumbo, em referência a cor: Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.

Ensaio	Especificação	Norma	Tolerância
Composição	90% Poliamida 10% Elastano	AATCC 20:2021 e AATCC 20A:2021	± 3 pontos.
Gramatura	140g/m ²	NBR 10591/08	± 5%.
Título (Ne)	Trama – 60,00	NBR 13216/94	± 6%.
Densidade	Cursos/cm – 30,00 Coluna/cm – 22,00	ABNT NBR 12060:1991	± 6%.
Estrutura	Malha trabalhada com pontos carregados.	ABNT NBR 13462:1995	Não permitida variação.
Solidez da Cor ao Suor Ácido	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao Suor Alcalina	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 30 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Solidez da Cor à Luz (Método 05 - 25 horas)	Nota: 4	NBR ISO 105 B02/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à fricção	Migração Comprimento Seco – 4.5 Migração Comprimento Úmido – 4 Migração Largura Seco – 4.5 Migração Largura Úmido – 4	NBR ISO 105 X 12/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao cloro (temperatura de lavagem de 30°C)	Alteração – 4	AATCC 61:2013	Valor de referência mínimo
Solidez de Cor à Lavagem Doméstica e Comercial (temperatura de lavagem de 30°C)	Alteração – 4.5	ABNT NBR ISO 105-C06:2010	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à ação do Ferro de Passar à Quente	Alteração Imediata Seco – 4 Alteração Imediata Úmido – 4 Alteração Imediata Molhado – 4	ABNT NBR ISO 105-X11:2018	Valor de referência mínimo
Pilling (14.400 ciclos)	Nota: 5	ISO 12945-1/2000	valor de referência mínimo
Determinação do Fator de Proteção Solar	Classificação: 50+	AS/NZS 4399:2017	valor de referência mínimo
Cálculo da diferença de cor	Iluminante D65 – 10° L* = 30,0 a* = 0,9 b* = -6,0	173/2009 da AATCC	DE < 2,00

2. AVIAMENTOS:

- Linha: na cor do tecido, em poliéster, título 50 e 120 para bainha, Koban ou similar;
- Linha: na cor do tecido, 100% poliéster, texturizada (ballon);
- Zíper abertura frontal: de nylon fino, invertido, cremalheira com 0,3 cm de largura, na cor a ser definida no Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.;
- Entretela para gola externa: tecida, termocolante 100% algodão (acabamento firme), com 180g/m² (tolerância ± 5%);
- Entretela para gola interna e vista de proteção do zíper: 100% poliéster (acabamento macio) com aproximadamente 52g/m² (tolerância ± 5%).

3. ESPECIFICAÇÕES DO CORTE E DEMAIS CARACTERÍSTICAS:

Corpo: Em tecido malha (Item 1.2). As partes anteriores e posteriores terão formas ligeiramente elípticas.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

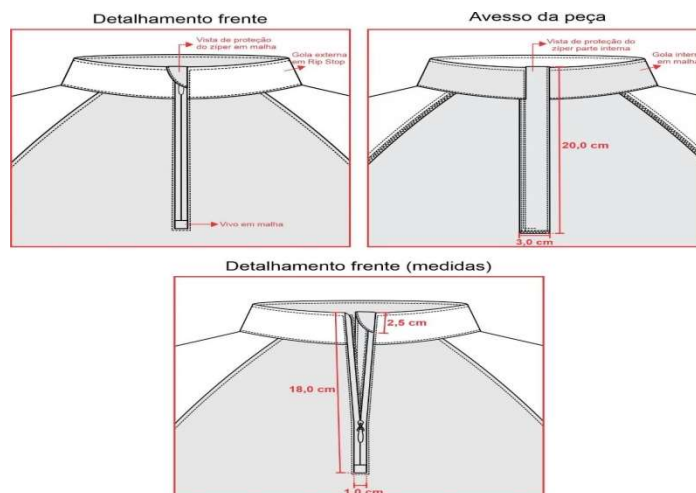
Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 31 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Laterais em tecido malha (Item 1.3), com recorte ergonômico entre a frente e as costas, que se estendem da extremidade inferior da peça até a saída de manga. Recorte com 9,0 cm de largura ($\pm 0,5$ cm), unidos em máquina overloque 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm) e com pesponto simples de 0,2 cm sobre o corpo.

Frente: Abertura frontal parcial de 20,0 cm de altura ($\pm 0,5$ cm) e 1,0 cm de largura ($\pm 0,2$ cm), fechada por zíper que termina junto à parte superior da gola e tem sua extremidade inferior coberta por um vivo em tecido malha (Item 1.2), com 1,0 cm de altura ($\pm 0,2$ cm), embutido na costura de fixação do zíper.

Vista de proteção do zíper costurada no lado esquerdo interno do usuário, essa vista se estenderá na parte superior do zíper sobressaindo 2,5 cm para o lado externo, formando uma aba para proteção do pescoço do usuário, a ponta da aba deve ser arredondada. Vista confeccionada em malha (Item 1.2), entretelada internamente, medindo 3,0 cm de largura e 22,0 cm de altura. A função da vista é proteger o usuário do contato com o zíper e a aba superior para evitar o atrito do queixo do usuário com o cursor do zíper (tolerância $\pm 0,5$ cm para todas as medidas citadas).

Gola: Alta, entretelada, com 3,5 cm de altura ($\pm 0,5$ cm), sendo confeccionada em tecido (Item 1.1) no lado externo e em tecido malha (Item 1.2) no lado interno, com pesponto simples de 0,5 cm na parte superior e de 0,2 cm na base.



Mangas: Em tecido (Item 1.1), curta, com cavas tipo raglan, proporcionais ao manequim, unidas em máquina overloque 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm) e com pesponto simples de 0,5 cm sobre o corpo.

Saída de mangas: Com bainha enfraldada de 2,0 cm, pesponto simples.

Barra: Com bainha de 2,5 cm de largura, rebatida em máquina galoneira com duas agulhas bitola estreita (0,4 cm). A medida deverá ser da costura superior até a dobra do tecido.

Etiqueta: Com indicativo do manequim, empresa fornecedora da confecção e composição do tecido com instruções de lavação, embutida na gola, na parte traseira interna do colarinho.

Costuras:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

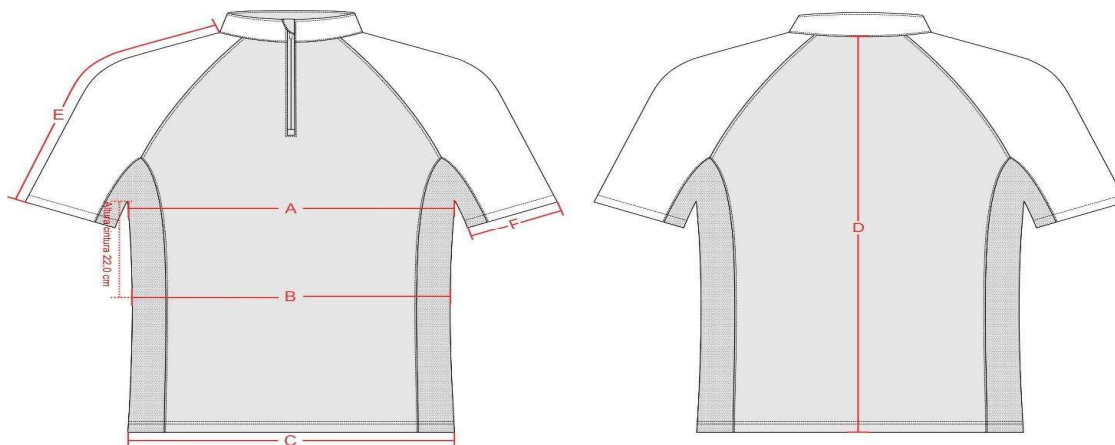
Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 32 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

- Junção de mangas e laterais em máquina overlocke 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm);
- Limpeza de partes desfiadas em máquina overlock 3 fios (Bitola 0,5 cm);
- Bainha barra em máquina galoneira duas agulhas bitola estreita (0,4 cm);
- Pespontos 3,5 a 4 pontos por cm.

4. TABELA DE MEDIDAS (em centímetros):

ITENS	MEDIDAS GERAIS								Tolerância das medidas
	PP	P	M	G	GG	XG	XGG	EXGG	
(A) Tórax	45	49	53	57	61	65	69	73	De -1 a +1,5
(B) Cintura (a 22,0 cm abaixo da cava)	40,5	44,5	48,5	52,5	56,5	60,5	64,5	68,5	De -1 a +1,5
(C) Barra	45	49	53	57	61	65	69	73	De -1 a +1,5
(D) Comprimento centro costas	69	71	73	75	77	79	81	83	De -1 a +2
(E) Comprimento manga	40	41	42	43	44	45	46	47	De -1 a +1,5
(F) Boca manga	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22,5	23,5	24,5	De -1 a +1

4.1 Pontos de medidas:



5. ILUSTRAÇÃO DO MODELO:

FRENTE

COSTAS



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 33 de 72



Figuras meramente ilustrativa

6. PERSONALIZAÇÃO:

6.1 Escrita manga: Bordado diretamente na peça a escrita “POLÍCIA PENAL” arqueado, na cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX, medindo 10,7 cm de largura por 2,5 cm de altura no total e letras com 1,1 cm de altura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Localização: Bordado sobre a manga esquerda (do usuário), iniciando a uma distância de 19,0 cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0 cm para os demais tamanhos).



6.2 Bandeira do estado do Paraná: Etiqueta de alta definição, colorido, nas cores padrão, medindo 8,0 cm de largura e 6,0 cm de altura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Características para confecção: tecido em tafetá plus, padronagem cetim de trama, composição 100% poliéster.

- Tipo: Etiqueta Tecida
- Título urdume 100/36
- Título trama fundo 76/30



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 34 de 72

- Título trama figura 76/30
- Densidade urdume 56 fios/centímetro
- Densidade trama 56 fios/centímetro
- Bordado periférico no contorno.

Localização: Costurado sobre a manga direita (do usuário), iniciando a uma distância de 19,0 cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0 cm para os demais tamanhos).



6.3 Brasão da Polícia Penal do Paraná: Em DTF (aplique termotransferível), colorido, nas cores padrão, medindo 8,0 cm de altura e 6,0 cm de largura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Obs.: O DTF deverá ser de ótima qualidade, não podendo se romper com a elasticidade da peça.

Localização: Na altura do peito esquerdo (do usuário).



6.4 Escrita costas: Estampado através do processo de silkscreen, e em cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX, a inscrição “POLÍCIA PENAL”, em fonte Arial Black, medindo 28,0 cm de largura por 14 cm de altura no total (Tolerância $\pm 0,4$ cm).



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Editais - página 35 de 72

Localização: Centralizado na parte superior das costas, iniciando 12,0 cm abaixo do decote (tolerância $\pm 1,0$ cm).



DESCRIÇÃO TÉCNICA COMBAT SHIRT TÁTICA MANGA CURTA – QPPP:

Camisa de combate (combat shirt) - Penal Paraná. As camisas comporão parte do uniforme institucional, garantindo que os policiais penais sejam facilmente identificados pela população e por outras forças de segurança.

1. TECIDOS:

1.1 TECIDO PRINCIPAL 1: Tipo Rip Stop, na cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.

ENSAIO	NORMA	Especificação: TECIDO TIPO 1	Especificação: TECIDO TIPO 2
Composição	AATCC 20:2013 20A:2020	Poliéster: 46% Algodão: 47% Elastomultiéster: 7% - Tolerância: $\pm 5\%$	Poliéster: 40% Algodão: 48% Elastomultiéster: 12% - Tolerância: $\pm 5\%$
Estrutura	NBR 12546/2017	Tecido maquinado derivado de Sarja 3x1, com efeito Rip Stop - Tolerância: não permitida variação	Tecido maquinado derivado de sarja, com efeito Rip Stop. - Tolerância: não permitida variação
Gramatura	NBR 10591/2008	203 g/m ² - Tolerância: $\pm 5\%$	235 g/m ² - Tolerância: $\pm 5\%$
Densidade	NBR 10588/2015	Trama: 22 fios/cm Urdume: 42 fios/cm - Tolerância: $\pm 6\%$	Trama: 20 fios/cm Urdume: 42 fios/cm - Tolerância: $\pm 6\%$
Título – (Ne)	NBR 13216/1994	Trama: 21 (Ne) Urdume: 20 (Ne) - Tolerância: $\pm 6\%$	Trama: 14,80 Urdume: 18,90 - Tolerância: $\pm 6\%$
Determinação das alterações dimensionais	NBR 10320:1988	Trama: máximo de 3% Urdume: máximo de 3% - Tolerância: não permitida variação	Trama: máximo de 3% Urdume: máximo de 3% - Tolerância: não per-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)		Edital - página 36 de 72
			mitida variação
Resistência ao rasgo de tecidos planos	ASTM D 2261:2017	Trama: 4,0 (kgf) Urdume: 4,0 (kgf) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 4,5 (kgf) Urdume: 4,5 (kgf) - Tolerância: valor mínimo
Abrasão	ASTM-D 4966/12 Martindale	Quantidade de ciclos: 40.000 - Tolerância: não permitida variação	
Pilling (Método Caixa)	NBR ISO 12945-1/2000	Nota: 5 - Tolerância: valor mínimo para 40.000 ciclos	Nota: 5 - Tolerância: valor mínimo
Resistência à tração	NBR ISO 13934-1/16	Trama: 30 (kgf) Urdume: 130 (kgf) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 30 (kgf) Urdume: 130 (kgf) - Tolerância: valor mínimo
Resistência à alongamento	NBR ISO 13934-1/16	Trama: 20 (%) Urdume: 15 (%) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 23 (%) Urdume: 14 (%) - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor à luz	NBR ISO 105 B02/19 - Método 05	Nota: 4 (40 horas) - Tolerância: valor mínimo	Nota: 4 (25 horas) - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor ao suor ácido	NBR ISO 105 E04/2014	Migração poliéster: 4 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração poliéster: 4/5 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor ao suor alcalino	NBR ISO 105 E04/2014	Migração poliéster: 45 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração poliéster: 4/5 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor à lavagem doméstica e comercial	NBR ISO 105 C06/2010	Migração Algodão: 4 Migração Poliamida: 4 Alteração: 4 - Tolerância: valor mínimo	
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR ISO 105 X11:2018	Migração algodão imediata seco: 4/5 Migração algodão imediata úmido: 4/5 Alteração imediata seco: 4 Alteração imediata úmido: 4 - Tolerância: valor mínimo	
Solidez da cor à fricção	NBR ISO 105 X-12/2019	Migração trama seco: 4/5 Migração trama úmido: 3/5 Migração urdume seco: 4/5 Migração urdume úmido: 3/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração trama seco: 4/5 Migração trama úmido: 3/5 Migração urdume seco: 4/5 Migração urdume úmido: 3/5 - Tolerância: valor mínimo
Identificação da Cor (Chumbo)	173/09 da A-ATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 30,0	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 37 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

		$a^* = 0,9$ $b^* = -6,0$ $DE < 1,80$ (O DE é a variação aceitável da cor)
--	--	---

1.2 TECIDO PRINCIPAL 2 (Corpo frente e costas): Malha com elastano, com as características de FPS 50+ (UV-A e UV-B) e DRY permanentes no tecido. Cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.

ENSAIO	ESPECIFICAÇÃO	NORMA	TOLERÂNCIA
Composição	91% Poliamida 9% Elastano	AATCC 20:2013 (2018) e A-ATCC 20A:2020	± 5 pontos.
Gramatura	175g/m ²	NBR 10591/08	± 6%.
Título (Ne)	Trama – 60,00	NBR 13216/94	± 6%.
Densidade (cursos/cm)	Curso – 38,00 Coluna – 22,00	ABNT NBR 12060:1991	± 6%.
Estrutura	Meia malha com elastano.	ABNT 13462:1995 NBR	Não é permitida a variação.
Solidez da Cor ao Suor Ácido	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao Suor Alcalina	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à Luz (Método 05 - 25 horas)	Nota: 3.5	NBR ISO 105 B02/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à fricção	Migração Comprimento Seco – 4.5 Migração Comprimento Úmido – 4.5 Migração Largura Seco – 4.5 Migração Largura Úmido – 4.5	NBR ISO 105 X 12/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao cloro (temperatura de lavagem de 30°C)	Alteração – 4	AATCC 61:2013	Valor de referência mínimo
Solidez de Cor à Lavagem Doméstica e Comercial (temperatura de lavagem de 30°C)	Migração Algodão – 4 Migração Poliamida – 4 Alteração – 4	ABNT NBR ISO 105-C06:2010	Valor de referência mínimo



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 38 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Solidez da Cor à ação do Ferro de Passar à Quente	Migração Algodão Imediata Seco – 4.5 Migração Algodão Imediata Úmido – 4 Migração Algodão Imediata Molhado – 3.5 Alteração Imediata Seco – 4-5 Alteração Imediata Úmido – 4-5 Alteração Imediata Molhado – 3-5	ABNT NBR ISO 105-X11:2018	Valor de referência mínimo
Pilling	Nota: 5	ISO 12945-1/2000	valor de referência mínimo
Determinação do Fator de Proteção Solar	Classificação: 50+	AS/NZS 4399:2017	valor de referência mínimo
Avaliação de acabamentos antibacterianos em materiais têxteis	% de Redução microorganismos > 95%	AATCC 100 Staphylococcus aureus ATCC nº 6538 Klebsiella pneumoniae ATCC nº 4352	valor de referência mínimo
Cálculo da diferença de cor	Iluminante D65 – 10° L* = 30,0 a* = 0,9 b* = - 6,0	173/2009 da AATCC	DE< 2,00

1.3 TECIDO PRINCIPAL 3 (Recorte lateral frente e costas): Tipo malha Mesh, com as características de FPS 50+ (UV-A e UV-B) no tecido. Cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.

ENSAIO	ESPECIFICAÇÃO	NORMA	TOLERÂNCIA
Composição	90% Poliamida 10% Elastano	AATCC 20:2021 e AATCC 20A:2021	± 3 pontos.
Gramatura	140g/m ²	NBR 10591/08	± 5%.
Título (Ne)	Trama – 60,00	NBR 13216/94	± 6%.
Densidade	Cursos/cm – 30,00 Coluna/cm – 22,00	ABNT 12060:1991 NBR	± 6%.
Estrutura	Malha trabalhada com pontos carregados.	ABNT 13462:1995 NBR	Não permitida variação.
Solidez da Cor ao Suor Ácido	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao Suor Alcalina	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à Luz (Método 05 - 25 horas)	Nota: 4	NBR ISO 105 B02/19	Valor de referência mínimo



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 39 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Solidez da Cor à fricção	Migração Comprimento Seco – 4.5 Migração Comprimento Úmido – 4 Migração Largura Seco – 4.5 Migração Largura Úmido – 4	NBR ISO 105 X 12/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao cloro (temperatura de lavagem de 30°C)	Alteração – 4	AATCC 61:2013	Valor de referência mínimo
Solidez de Cor à Lavagem Doméstica e Comercial (temperatura de lavagem de 30°C)	Alteração – 4.5	ABNT NBR ISO 105-C06:2010	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à ação do Ferro de Passar à Quente	Alteração Imediata Seco – 4 Alteração Imediata Úmido – 4 Alteração Imediata Molhado – 4	ABNT NBR ISO 105-X11:2018	Valor de referência mínimo
Pilling (14.400 ciclos)	Nota: 5	ISO 12945-1/2000	valor de referência mínimo
Determinação do Fator de Proteção Solar	Classificação: 50+	AS/NZS 4399:2017	valor de referência mínimo
Cálculo da diferença de cor	Iluminante D65 – 10° L* = 30,0 a* = 0,9 b* = -6,0	173/2009 da A-ATCC	DE < 2,00

2. AVIAMENTOS:

- Linha: na cor do tecido, em poliéster, título 50 e 120 para bainha, Koban ou similar;
- Linha: na cor do tecido, 100% poliéster, texturizada (ballon);
- Zíper abertura frontal: de nylon fino, invertido, cremalheira com 0,3 cm de largura, na cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX.
- Entretela para gola externa: tecida, termocolante 100% algodão (acabamento firme), com 180g/m² (tolerância ± 5%);
- Entretela para gola interna e vista de proteção do zíper: 100% poliéster (acabamento macio) com aproximadamente 52g/m² (tolerância ± 5%).

3. ESPECIFICAÇÕES DO CORTE E DEMAIS CARACTERÍSTICAS:

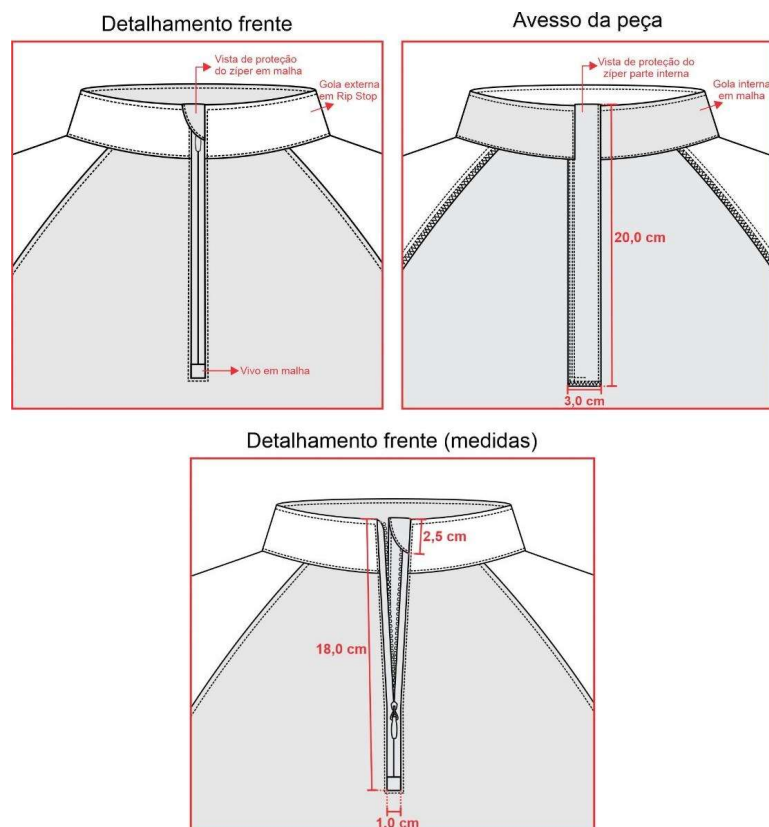
Corpo: Em tecido malha (Item 1.2). As partes anteriores e posteriores terão formas ligeiramente elípticas.

Laterais em tecido malha (Item 1.3), com recorte ergonômico entre a frente e as costas, que se estendem da extremidade inferior da peça até a saída de manga. Recorte com 9,0 cm de largura (± 0,5 cm), unidos em máquina overlock 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm) e com pesponto simples de 0,2 cm sobre o corpo.

Frente: Abertura frontal parcial de 20,0 cm de altura ($\pm 0,5$ cm) e 1,0 cm de largura ($\pm 0,2$ cm), fechada por zíper que termina junto à parte superior da gola e tem sua extremidade inferior coberta por um vivo em tecido malha (Item 1.2), com 1,0 cm de altura ($\pm 0,2$ cm), embutido na costura de fixação do zíper.

Vista de proteção do zíper costurada no lado esquerdo interno do usuário, essa vista se estenderá na parte superior do zíper sobressaindo 2,5 cm para o lado externo, formando uma aba para proteção do pescoço do usuário, a ponta da aba deve ser arredondada. Vista confeccionada em malha (Item 1.2), entretelada internamente, medindo 3,0 cm de largura e 22,0 cm de altura. A função da vista é proteger o usuário do contato com o zíper e a aba superior para evitar o atrito do queixo do usuário com o cursor do zíper (tolerância $\pm 0,5$ cm para todas as medidas citadas).

Gola: Alta, entretelada, com 3,5 cm de altura ($\pm 0,5$ cm), sendo confeccionada em tecido (Item 1.1) no lado externo e em tecido malha (Item 1.2) no lado interno, com pesponto simples de 0,5 cm na parte superior e de 0,2 cm na base.



Mangas: Em tecido (Item 1.1), curta, com cavas tipo raglan, proporcionais ao manequim, unidas em máquina overloque 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm) e com pesponto simples de 0,5 cm sobre o corpo.

Saída de mangas: Com bainha enfraldada de 2,0 cm, pesponto simples.

Barra: Com bainha de 2,5 cm de largura, rebatida em máquina galoneira com duas agulhas bitola estreita (0,4 cm). A medida deverá ser da costura superior até a dobra do tecido.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 41 de 72

Etiqueta: Com indicativo do manequim, empresa fornecedora da confecção e composição do tecido com instruções de lavação, embutida na gola, na parte traseira interna do colarinho.

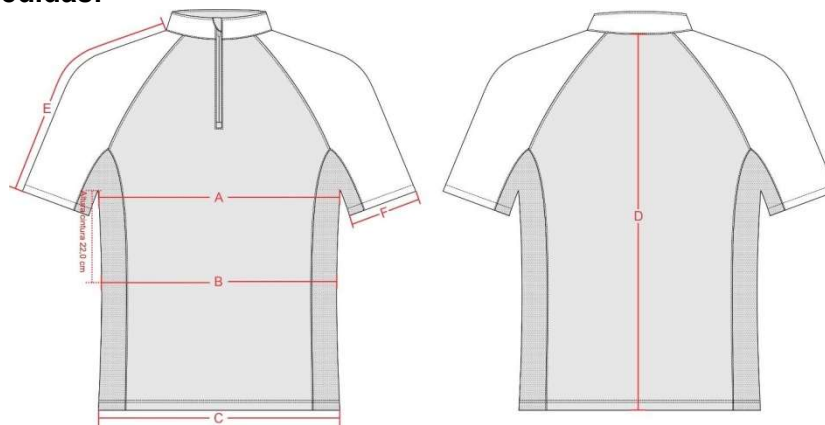
Costuras:

- Junção de mangas e laterais em máquina overlocke 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm);
- Limpeza de partes desfiadas em máquina overlock 3 fios (Bitola 0,5 cm);
- Bainha barra em máquina galoneira duas agulhas bitola estreita (0,4 cm);
- Pespontos 3,5 a 4 pontos por cm.

4. TABELA DE MEDIDAS (em centímetros):

ITENS	MEDIDAS GERAIS								Tolerância das medidas
	PP	P	M	G	GG	XG	XGG	EXGG	
(A) Tórax	45	49	53	57	61	65	69	73	De -1 a +1,5
(B) Cintura (a 22,0 cm abaixo da cava)	40,5	44,5	48,5	52,5	56,5	60,5	64,5	68,5	De -1 a +1,5
(C) Barra	45	49	53	57	61	65	69	73	De -1 a +1,5
(D) Comprimento centro costas	69	71	73	75	77	79	81	83	De -1 a +2
(E) Comprimento manga	40	41	42	43	44	45	46	47	De -1 a +1,5
(F) Boca manga	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22,5	23,5	24,5	De -1 a +1

4.1 Pontos de medidas:





DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 42 de 72

5. ILUSTRAÇÃO DO MODELO:



Figuras meramente ilustrativa

6 PERSONALIZAÇÃO:

6.1 Escrita manga: Bordado diretamente na peça a escrita “POLÍCIA PENAL” arqueado, na cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX, medindo 10,7 cm de largura por 2,5 cm de altura no total e letras com 1,1 cm de altura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Localização: Bordado sobre a manga esquerda (do usuário), iniciando a uma distância de 19,0 cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0 cm para os demais tamanhos).



6.2 Bandeira do estado do Paraná: Etiqueta de alta definição, colorido, nas cores padrão, medindo 8,0 cm de largura e 6,0 cm de altura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Características para confecção: tecido em tafetá plus, padronagem cetim de trama, composição 100% poliéster.

- Tipo: Etiqueta Tecida
- Título urdume 100/36
- Título trama fundo 76/30
- Título trama figura 76/30

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 43 de 72

- Densidade urdume 56 fios/centímetro
- Densidade trama 56 fios/centímetro
- Bordado periférico no contorno.

Localização: Costurado sobre a manga direita (do usuário), iniciando a uma distância de 19,0 cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0 cm para os demais tamanhos).



6.3 Brasão da Polícia Penal do Paraná: Em DTF (aplique termotransferível), colorido, nas cores padrão, medindo 8,0 cm de altura e 6,0 cm de largura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Obs.: O DTF deverá ser de ótima qualidade, não podendo se romper com a elasticidade da peça.

Localização: Na altura do peito esquerdo (do usuário).





DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

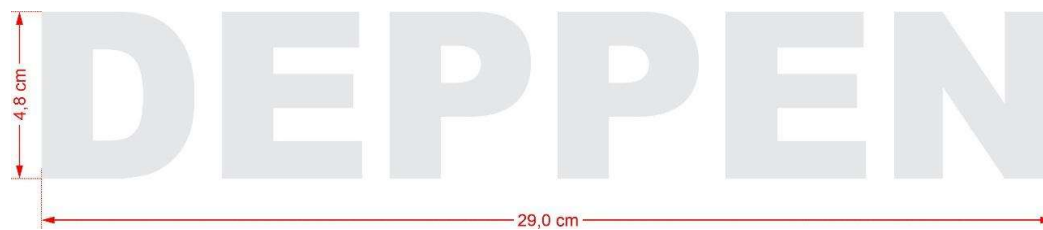
Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 44 de 72

6.4 Escrita costas: Estampado através do processo de silkscreen, e a cor: cinza chumbo, em referência a cor Black oyster da escala Pantone 19-0205 TCX, a inscrição “DEPPEN”, em fonte Arial Black, medindo 29,0 cm de largura por 4,8 cm de altura no total (Tolerância $\pm 0,4$ cm).

Localização: Centralizado na parte superior das costas, iniciando 12,0 cm abaixo do decote (tolerância $\pm 1,0$ cm).



DESCRIÇÃO TÉCNICA CAMISA MANGA CURTA SOE:

ITEM1: Camisa (combat shirt) – SOE. As camisas comporão parte do uniforme institucional, garantindo que os policiais sejam facilmente identificados pela população e por outras forças de segurança.

1. TECIDOS:

1.1 TECIDO PRINCIPAL 1: Tipo Rip Stop, em camuflado Padrão Multicam

ENSAIO	NORMA	Especificação: TECIDO TIPO 1	Especificação: TECIDO TIPO 2
Composição	AATCC 20:2013 20A:2020 e	Poliéster: 46% Algodão: 47% Elastomultiester: 7% - Tolerância: $\pm 5\%$	Poliéster: 40% Algodão: 48% Elastomultiester: 12% - Tolerância: $\pm 5\%$
Estrutura	NBR 12546/2017	Tecido maquinado derivado de Sarja 3x1, com efeito Rip Stop - Tolerância: não permitida variação	Tecido maquinado derivado de sarja, com efeito Rip Stop. - Tolerância: não permitida variação
Gramatura	NBR 10591/2008	203 g/m ² - Tolerância: $\pm 5\%$	235 g/m ² - Tolerância: $\pm 5\%$
Densidade	NBR 10588/2015	Trama: 22 fios/cm Urdume: 42 fios/cm - Tolerância: $\pm 6\%$	Trama: 20 fios/cm Urdume: 42 fios/cm - Tolerância: $\pm 6\%$
Título – (Ne)	NBR 13216/1994	Trama: 21 (Ne) Urdume: 20 (Ne) - Tolerância: $\pm 6\%$	Trama: 14,80 Urdume: 18,90 - Tolerância: \pm



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 45 de 72

			6%
Determinação das alterações dimensionais	NBR 10320:1988	Trama: máximo de 3% Urdume: máximo de 3% - Tolerância: não permitida variação	Trama: máximo de 3% Urdume: máximo de 3% - Tolerância: não permitida variação
Resistência ao rasgo de tecidos planos	ASTM D 2261:2017	Trama: 4,0 (kgf) Urdume: 4,0 (kgf) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 4,5 (kgf) Urdume: 4,5 (kgf) - Tolerância: valor mínimo
Abrasão	ASTM-D 4966/12 Martindale	Quantidade de ciclos: 40.000 - Tolerância: não permitida variação	
Pilling (Método Caixa)	NBR ISO 12945-1/2000	Nota: 5 - Tolerância: valor mínimo para 40.000 ciclos	Nota: 5 - Tolerância: valor mínimo
Resistência à tração	NBR ISO 13934-1/16	Trama: 30 (kgf) Urdume: 130 (kgf) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 30 (kgf) Urdume: 130 (kgf) - Tolerância: valor mínimo
Resistência à alongamento	NBR ISO 13934-1/16	Trama: 20 (%) Urdume: 15 (%) - Tolerância: valor mínimo	Trama: 23 (%) Urdume: 14 (%) - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor à luz	NBR ISO 105 B02/19 - Método 05	Nota: 4 (40 horas) - Tolerância: valor mínimo	Nota: 4 (25 horas) - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor ao suor ácido	NBR ISO 105 E04/2014	Migração poliéster: 4 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração poliéster: 4/5 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor ao suor alcalino	NBR ISO 105 E04/2014	Migração poliéster: 45 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração poliéster: 4/5 Migração algodão: 4/5 Alteração: 4/5 - Tolerância: valor mínimo
Solidez da cor à lavagem doméstica e comercial	NBR ISO 105 C06/2010	Migração Algodão: 4 Migração Poliamida: 4 Alteração: 4 - Tolerância: valor mínimo	
Solidez da cor à ação do ferro de passar à quente	NBR ISO 105 X11:2018	Migração algodão imediata seco: 4/5 Migração algodão imediata úmido: 4/5 Alteração imediata seco: 4	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 46 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

		Alteração imediata úmido: 4 - Tolerância: valor mínimo	
Solidez da cor à fricção	NBR ISO 105 X-12/2019	Migração trama seco: 4/5 Migração trama úmido: 3/5 Migração urdume seco: 4/5 Migração urdume úmido: 3/5 - Tolerância: valor mínimo	Migração trama seco: 4/5 Migração trama úmido: 3/5 Migração urdume seco: 4/5 Migração urdume úmido: 3/5 - Tolerância: valor mínimo
Identificação da Cor FUNDO BEGE	173/09 da AATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 66,07 a* = 2,63 b* = 16,04 DE < 1,80 (O DE é a variação aceitável da cor)	
Identificação da Cor ES-TAMPA MARROM	173/09 da AATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 29,84 a* = 4,40 b* = 6,95 DE < 1,80 (O DE é a variação aceitável da cor)	
Identificação da Cor ES-TAMPA VERDE MATE	173/09 da AATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 41,36 a* = 0,98 b* = 17,60 DE < 1,80 (O DE é a variação aceitável da cor)	
Identificação da Cor ES-TAMPA VERDE	173/09 da AATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 43,32 a* = -4,07 b* = 16,53 DE < 1,80 (O DE é a variação aceitável da cor)	
Identificação da Cor ES-TAMPA BEGE	173/09 da AATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 46,47 a* = 2,95 b* = 15,39 DE < 1,80 (O DE é a variação aceitável da cor)	
Identificação da Cor ES-TAMPA VERDE CLARO	173/09 da AATCC	Iluminante D65 – 10° L* = 50,61 a* = 0,78 b* = 18,90 DE < 1,80 (O DE é a variação aceitável da cor)	

1.2 TECIDO PRINCIPAL 2 (Corpo frente e costas): Malha com elastano, com as características de FPS 50+ (UV-A e UV-B) e DRY permanentes no tecido, em camuflado Padrão Multicam.

Ensaio	Especificação	Norma	Tolerância
Composição	91% Poliamida 9% Elastano	AATCC 20:2013 (2018) e AATCC 20A:2020	± 5 pontos.
Gramatura	175g/m ²	NBR 10591/08	± 6%.
Título (Ne)	Trama – 60,00	NBR 13216/94	± 6%.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 47 de 72

Densidade (cursos/cm)	Curso – 38,00 Coluna – 22,00	ABNT NBR 12060:1991	± 6%.
Estrutura	Meia malha com elastano.	ABNT NBR 13462:1995	Não é permitida a variação.
Solidez da Cor ao Suor Ácido	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao Suor Alcalina	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à Luz (Método 05 - 25 horas)	Nota: 3.5	NBR ISO 105 B02/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à fricção	Migração Comprimento Seco – 4.5 Migração Comprimento Úmido – 4.5 Migração Largura Seco – 4.5 Migração Largura Úmido – 4.5	NBR ISO 105 X 12/19	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor ao cloro (temperatura de lavagem de 30°C)	Alteração – 4	AATCC 61:2013	Valor de referência mínimo
Solidez de Cor à Lavagem Doméstica e Comercial (temperatura de lavagem de 30°C)	Migração Algodão – 4 Migração Poliamida – 4 Alteração – 4	ABNT NBR ISO 105-C06:2010	Valor de referência mínimo
Solidez da Cor à ação do Ferro de Passar à Quente	Migração Algodão Imediata Seco – 4.5 Migração Algodão Imediata Úmido – 4 Migração Algodão Imediata Molhado – 3.5 Alteração Imediata Seco – 4-5 Alteração Imediata Úmido – 4-5 Alteração Imediata Molhado – 3-5	ABNT NBR ISO 105-X11:2018	Valor de referência mínimo
Pilling	Nota: 5	ISO 12945-1/2000	valor de referência mínimo
Determinação do Fator de Proteção Solar	Classificação: 50+	AS/NZS 4399:2017	valor de referência mínimo
Avaliação de acabamentos antibacterianos em materiais têxteis	% de Redução microorganismos > 95%	AATCC 100 Staphylococcus aureus ATCC nº 6538 Klebsiella pneumoniae ATCC nº 4352	valor de referência mínimo
Cálculo da diferença de cor	Iluminante D65 – 10° L* = 50,50 a* = 1,80 b* = 16,00	173/2009 da AATCC	DE< 2,00



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 48 de 72

1.3 TECIDO PRINCIPAL 3 (Recorte lateral frente e costas): Tipo malha Mesh, com as características de FPS 50+ (UV-A e UV-B) no tecido, em camuflado Padrão Multicam.

Ensaio	Especificação	Norma	Tolerância
Composição	90% Poliamida 10% Elastano	AATCC 20:2021 e AATCC 20A:2021	± 3 pontos.
Gramatura	140g/m ²	NBR 10591/08	± 5%.
Título (Ne)	Trama – 60,00	NBR 13216/94	± 6%.
Densidade	Cursos/cm – 30,00 Coluna/cm – 22,00	ABNT 12060:1991 NBR	± 6%.
Estrutura	Malha trabalhada com pontos carregados.	ABNT 13462:1995 NBR	Não permitida variação.
Solidez da Cor ao Suor Ácido	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referên- cia mínimo
Solidez da Cor ao Suor Alcalina	Alteração – 4	NBR ISO 105 E04/14	Valor de referên- cia mínimo
Solidez da Cor à Luz (Método 05 - 25 horas)	Nota: 4	NBR ISO 105 B02/19	Valor de referên- cia mínimo
Solidez da Cor à fricção	Migração Comprimento Seco – 4.5 Migração Comprimento Úmido – 4 Migração Largura Seco – 4.5 Migração Largura Úmido – 4	NBR ISO 105 X 12/19	Valor de referên- cia mínimo
Solidez da Cor ao cloro (temperatu- ra de lavagem de 30°C)	Alteração – 4	AATCC 61:2013	Valor de referên- cia mínimo
Solidez de Cor à Lavagem Domésti- ca e Comercial (temperatura de la- vagem de 30°C)	Alteração – 4.5	ABNT NBR ISO 105- C06:2010	Valor de referên- cia mínimo
Solidez da Cor à ação do Ferro de Passar à Quente	Alteração Imediata Seco – 4 Alteração Imediata Úmido – 4 Alteração Imediata Mo- lhado – 4	ABNT NBR ISO 105- X11:2018	Valor de referên- cia mínimo
Pilling (14.400 ciclos)	Nota: 5	ISO 12945-1/2000	valor de referên- cia mínimo
Determinação do Fator de Proteção Solar	Classificação: 50+	AS/NZS 4399:2017	valor de referên- cia mínimo
Cálculo da diferença de cor	Iluminante D65 – 10° L* = 50,50 a* = 1,80 b* = 16,00	173/2009 da AATCC	DE < 2,00

2. AVIAMENTOS:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 49 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

- Linha: na cor do tecido, em poliéster, título 50 e 120 para bainha, Koban ou similar;
- Linha: na cor do tecido, 100% poliéster, texturizada (ballon);
- Zíper abertura frontal: de nylon fino, invertido, cremalheira com 0,3 cm de largura, na cor caqui;
- Entretela para gola externa: tecida, termocolante 100% algodão (acabamento firme), com 180g/m² (tolerância ± 5%);
- Entretela para gola interna e vista de proteção do zíper: 100% poliéster (acabamento macio) com aproximadamente 52g/m² (tolerância ± 5%).

3. ESPECIFICAÇÕES DO CORTE E DEMAIS CARACTERÍSTICAS:

Corpo: Em tecido malha (Item 1.2). As partes anteriores e posteriores terão formas ligeiramente elípticas.

Laterais em tecido malha (Item 1.3), com recorte ergonômico entre a frente e as costas, que se estendem da extremidade inferior da peça até a saída de manga. Recorte com 9,0 cm de largura (± 0,5 cm), unidos em máquina overlocke 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm) e com pesponto simples de 0,2 cm sobre o corpo.

Frente: Abertura frontal parcial de 20,0 cm de altura (± 0,5 cm) e 1,0 cm de largura (± 0,2 cm), fechada por zíper que termina junto à parte superior da gola e tem sua extremidade inferior coberta por um vivo em tecido malha (Item 1.2), com 1,0 cm de altura (± 0,2 cm), embutido na costura de fixação do zíper.

Vista de proteção do zíper costurada no lado esquerdo interno do usuário, essa vista se estenderá na parte superior do zíper sobressaindo 2,5 cm para o lado externo, formando uma aba para proteção do pescoço do usuário, a ponta da aba deve ser arredondada. Vista confeccionada em malha (Item 1.2), entretelada internamente, medindo 3,0 cm de largura e 22,0 cm de altura. A função da vista é proteger o usuário do contato com o zíper e a aba superior para evitar o atrito do queixo do usuário com o cursor do zíper (tolerância ± 0,5 cm para todas as medidas citadas).

Gola: Alta, entretelada, com 3,5 cm de altura (± 0,5 cm), sendo confeccionada em tecido (Item 1.1) no lado externo e em tecido malha (Item 1.2) no lado interno, com pesponto simples de 0,5 cm na parte superior e de 0,2 cm na base.

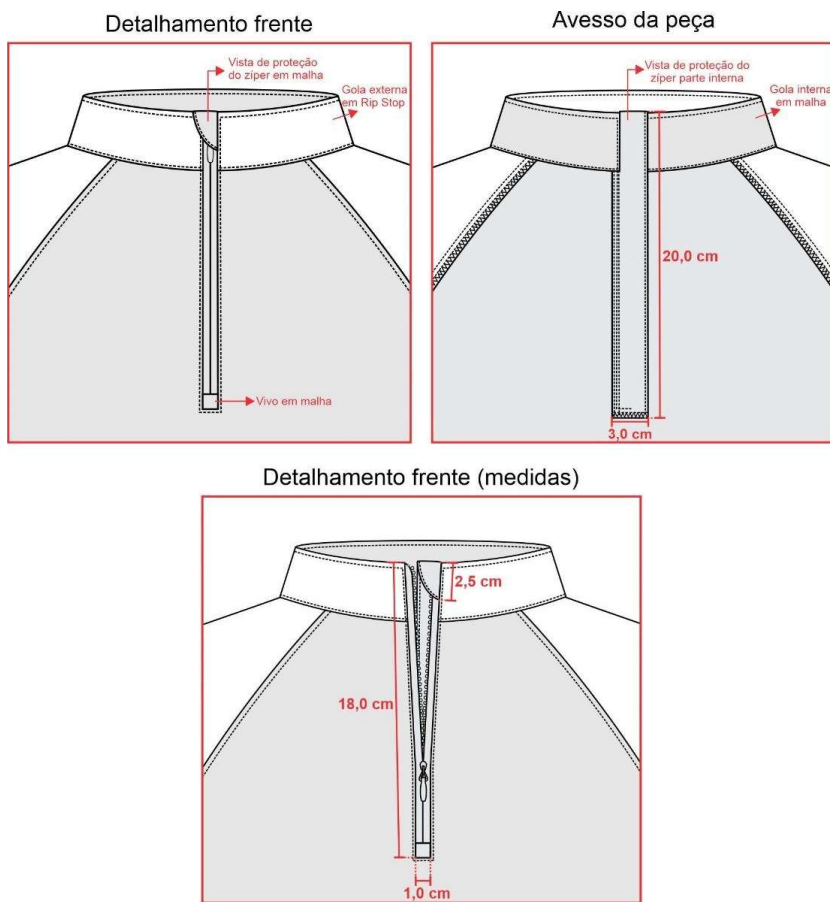


DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 50 de 72



Mangas: Em tecido (Item 1.1), curta, com cavas tipo raglan, proporcionais ao manequim, unidas em máquina overloque 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm) e com pesponto simples de 0,5 cm sobre o corpo.

Saída de mangas: Com bainha enfraldada de 2,0 cm, pesponto simples.

Barra: Com bainha de 2,5 cm de largura, rebatida em máquina galoneira com duas agulhas bitola estreita (0,4 cm). A medida deverá ser da costura superior até a dobra do tecido.

Etiqueta: Com indicativo do manequim, empresa fornecedora da confecção e composição do tecido com instruções de lavagem, embutida na gola, na parte traseira interna do colarinho.

Costuras:

- Junção de mangas e laterais em máquina overloque 5 fios com ponto corrente ou em máquina overlock 3 fios + máquina reta 1 agulha ponto fixo (costura de 0,7 cm a 1,0 cm);
- Limpeza de partes desfiadas em máquina overlock 3 fios (Bitola 0,5 cm);
- Bainha barra em máquina galoneira duas agulhas bitola estreita (0,4 cm);
- Pespontos 3,5 a 4 pontos por cm.

4. TABELA DE MEDIDAS (em centímetros):

ITENS	MEDIDAS GERAIS								Tolerância das medidas
	PP	P	M	G	GG	XG	XGG	EXGG	
(A) Tórax	45	49	53	57	61	65	69	73	De -1 a

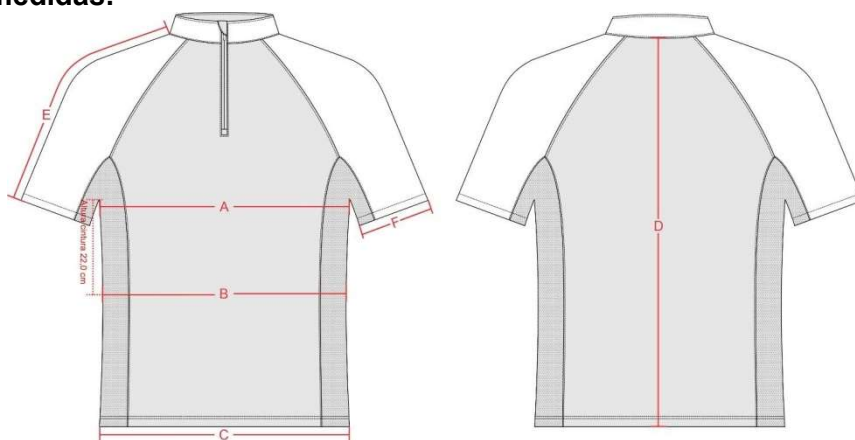


DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 51 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

									+1,5
(B) Cintura (a 22,0 cm abaixo da cava)	40,5	44,5	48,5	52,5	56,5	60,5	64,5	68,5	De -1 a +1,5
(C) Barra	45	49	53	57	61	65	69	73	De -1 a +1,5
(D) Comprimento centro costas	69	71	73	75	77	79	81	83	De -1 a +2
(E) Comprimento manga	40	41	42	43	44	45	46	47	De -1 a +1,5
(F) Boca manga	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22,5	23,5	24,5	De -1 a +1

4.1 Pontos de medidas:



5. ILUSTRAÇÃO DO MODELO:



Figuras meramente ilustrativa

6. PERSONALIZAÇÃO:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 52 de 72

6.1 Escrita manga: Bordado diretamente na peça a escrita “POLÍCIA PENAL” arqueado, na cor: Padrão Multicam, medindo 10,7 cm de largura por 2,5 cm de altura no total e letras com 1,1 cm de altura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Localização: Bordado sobre a manga esquerda (do usuário), iniciando a uma distância de 19,0 cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0 cm para os demais tamanhos).



6.2 Bandeira do estado do Paraná: Etiqueta de alta definição, em tons de cinza e preto, medindo 8,0 cm de largura e 6,0 cm de altura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Características para confecção: tecido em tafetá plus, padronagem cetim de trama, composição 100% poliéster.

- Tipo: Etiqueta Tecida
- Título urdume 100/36
- Título trama fundo 76/30
- Título trama figura 76/30
- Densidade urdume 56 fios/centímetro
- Densidade trama 56 fios/centímetro
- Bordado periférico no contorno.

Localização: Costurado sobre a manga direita (do usuário), iniciando a uma distância de 19,0 cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0 cm para os demais tamanhos).



Contorno com bordado periférico



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 53 de 72

6.3 Brasão da Polícia Penal do Paraná: Em DTF (aplique termotransferível), em tons de cinza e preto, medindo 8,0 cm de altura e 6,0 cm de largura (tolerância de $\pm 0,4$ cm para as medidas).

Obs.: O DTF deverá ser de ótima qualidade, não podendo se romper com a elasticidade da peça.

Localização: Na altura do peito esquerdo (do usuário).



6.4 Escrita costas: Estampado através do processo de silkscreen, e em cor: Padrão Multicam, a inscrição “POLÍCIA PENAL” na primeira linha e “SOE” na segunda linha, medindo 31,0 cm de largura por 15,5 cm de altura no total (Tolerância $\pm 0,4$ cm).

Localização: Centralizado na parte superior das costas, iniciando 12,0 cm abaixo do decote (tolerância $\pm 1,0$ cm).



6. Estimativa das Quantidades para a Contratação:

ITEM	QUANTITATIVO
Camisa padrão uniforme DEPPEN – Policiais	6.000



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 54 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Camisa padrão uniforme SETOR DE OPERAÇÕES ESPECIAIS – SOE / DEPPEN	420
Camisa padrão uniforme DEPPEN – Quadro Próprio da Polícia Penal	870

6.1 Quanto à forma de definição da quantidade e Memória de Cálculo:

CAMISAS COMBAT SHIRT			
TAMANHOS DAS CAMISETAS	QUANTIDADE	RESERVA TÉCNICA	TOTAL
TAMANHO PP	744	149	894
TAMANHO P	923	184	1.108
TAMANHO M	1.209	241	1.452
TAMANHO G	1.384	277	1.661
TAMANHO GG	738	148	885
TOTAL de 6.000*			

CAMISAS - SOE			
TAMANHOS DAS CAMISETAS	QUANTIDADE	RESERVA TÉCNICA	TOTAL
TAMANHO PP	46	4	50
TAMANHO P	94	16	110
TAMANHO M	138	28	166
TAMANHO G	62	12	74
TAMANHO GG	16	4	20
TOTAL DE 420*			

CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO			
TAMANHOS DAS CAMISETAS	QUANTIDADE	RESERVA TÉCNICA	TOTAL
TAMANHO PP	108	20	128
TAMANHO P	134	26	160
TAMANHO M	178	36	214
TAMANHO G	202	40	242
TAMANHO GG	106	20	126
TOTAL DE 870*			

TOTAL DE CAMISAS 7.290 unidades.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 55 de 72

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5 e 1.6. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 56 de 72

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1 no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa,

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não será exigido índice de qualificação técnica.

1.6 Demais declarações:

- **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (Anexo V);**
- **NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO LGPD (Anexo IX).**

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 57 de 72

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 88/2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual :	
CNPJ/CPF :			
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de camisas tática manga curta para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ICMS	Alíquota % ICMS
ITEM 1	CAMISAS COMBAT SHIRT - PP	894					
ITEM 2	CAMISAS COMBAT SHIRT - P	1.108					
ITEM 3	CAMISAS COMBAT SHIRT - M	1.452					
ITEM 4	CAMISAS COMBAT SHIRT - G	1.661					
ITEM 5	CAMISAS COMBAT SHIRT - GG	885					

Lote 2	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ICMS	Alíquota % ICMS
ITEM 1	CAMISAS SOE - PP	50					
ITEM 2	CAMISAS SOE - P	110					
ITEM 3	CAMISAS SOE - M	166					
ITEM 4	CAMISAS SOE - G	74					
ITEM 5	CAMISAS SOE - GG	20					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 58 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Lote 3	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ICMS	Alíquota % ICMS
ITEM 1	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - PP	128					
ITEM 2	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - P	160					
ITEM 3	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - M	214					
ITEM 4	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - G	242					
ITEM 5	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - GG	126					

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 59 de 72

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 88/2026 - UASG: **453079**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 60 de 72

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 61 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

ANEXO VI
LOCAIS DE ENTREGA

Secretaria da Segurança Pública / DEPPEN
Local de entrega: Almoxarifado do DEPPEN
Endereço: Rodovia João Leopoldo Jacomel, nº 4459 – Jardim Primavera - Pinhais PR.
Responsável pelo Recebimento: Polical Penal Rodinei Santos de Oliveira
Telefone: (41) 3589 - 3657 ou 3589 - 1745, E-mail almoxarifado-deppen@policiapenal.pr.gov.br
Horário de Funcionamento: Preferencialmente agendado.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 62 de 72

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba/PR, CEP: 80.420-170, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário de Segurança Pública, Cel PM RR Hudson Leôncio Teixeira, nomeado pelo Decreto nº 12/2023 de 01/01/2023, inscrito no CPF sob o n.º 840.630.419-72, portador da carteira de identidade n.º 5.546.799-4.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º PE-88/2026, (protocolo n.º 24.384.850-4 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de camisas tática manga curta para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná, conforme descrito no Termo de Referência.

LOTE 1	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	CAMISAS COMBAT SHIRT - PP	Cód. GMS - 109018	Unitário	894	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 2	CAMISAS COMBAT SHIRT - P	Cód. GMS - 109018	Unitário	1.108	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 3	CAMISAS COMBAT SHIRT - M	Cód. GMS - 109018	Unitário	1.452	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 4	CAMISAS COMBAT SHIRT - G	Cód. GMS - 109018	Unitário	1.661	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 5	CAMISAS COMBAT SHIRT - GG	Cód. GMS - 109018	Unitário	885	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Valor total do lote						R\$ XXXX

LOTE 2	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	CAMISAS SOE - PP	Cód. GMS - 109036	Unitário	50	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 2	CAMISAS SOE - P	Cód. GMS - 109036	Unitário	110	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 3	CAMISAS SOE - M	Cód. GMS - 109036	Unitário	166	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 4	CAMISAS SOE - G	Cód. GMS - 109036	Unitário	74	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 5	CAMISAS SOE GG	Cód. GMS - 109036	Unitário	20	R\$ XXXX	R\$ XXXX



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 63 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Valor total do lote	R\$ XXXX
---------------------	----------

LOTE 3	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - PP	Cód. GMS - 109018	Unitário	128	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 2	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - P	Cód. GMS - 109018	Unitário	160	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 3	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - M	Cód. GMS - 109018	Unitário	214	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 4	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - G	Cód. GMS - 109018	Unitário	242	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Item 5	CAMISAS PARA SERVIDORES ADMINISTRATIVO - GG	Cód. GMS - 109018	Unitário	126	R\$ XXXX	R\$ XXXX
Valor total do lote						R\$ XXXX

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº88/2026 - UASG: 453079, objeto do processo administrativo n.º 24.384.850-4, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização no Movimento nº. XXXX deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 O fornecimento deverá ser realizado em sua totalidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ordem de fornecimento;

3.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o lote adquirido dos objetos contratados de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

3.3 Os objetos deverão ser entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência e seu anexo, no seguinte endereço:

Local de entrega: A entrega dos itens deverá ocorrer no Almoxarifado do DEPPEN Localizado à Rodovia João Leopoldo Jacomel, nº 4459 – Jardim Primavera - Pinhais PR. Telefone: (41) 3589 - 3657 ou 3589 - 1745.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 64 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). O IPCA é amplamente reconhecido como um indicador confiável e utilizado para calcular a inflação no Brasil. A sua aplicação em contratos administrativos é consistente com práticas comuns de reajuste em diversos setores, conferindo transparência e previsibilidade ao processo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

5.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado;(16/03/2026).

5.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

5.1.3 O reajuste de preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período enunciado no item 18.1.1;

5.1.4 O transcurso do período citado no item 18.1.1, sem o requerimento do fornecedor implica em preclusão;

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste;

5.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura;

5.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência(Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **60** dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável por fazer o acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até **20** dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20** dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 3917- Departamento Penitenciário;

Fonte de Recursos: 500/501;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 65 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

Programa de Trabalho: F.06.421.30.8383- Gestão do Sistema Penitenciário;
Elemento de Despesa: 3390.30- Material de Consumo;

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 3 (três) meses.

9.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.9.4 Todas as despesas de impostos, frete, seguro, testes, outros custos que recaiam sobre os equipamentos ou para a substituição, que estejam cobertos pela garantia, serão suportadas pela Contratada;

10.1.9.5 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como; em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para menor aprendiz.

10.2 São obrigações do CONTRATANTE:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 66 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo CONTRATADO, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 67 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

I = (TX)

$$I = \frac{6}{100}$$

365

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não será exigida a garantia, considerando que pode restringir a competitividade, assim como tornar a licitação desvantajosa em termos econômicos, bem como pelo fato de que não ocorrerá pagamento antecipado ao contratado.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 9 (nove) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal. A garantia contratual, complementar à garantia legal tem como principal objetivo mitigar os riscos de vícios e defeitos que possam surgir após a entrega e o uso dos produtos. Considerando a natureza dos itens, a exigência de um prazo mínimo após o período da garantia legal se justifica para cobrir eventuais problemas que não seriam perceptíveis imediatamente, como: degradação do material; problemas de acabamento e perda de cor;

13.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 68 de 72

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

16.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 69 de 72
---------------------------	-------------------------------------	--------------------------

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4	Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 70 de 72
----------------------------------	--	---------------------------------

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 71 de 72

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1278/2024 (UASG 453079), sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 24.384.850-4

Pregão nº PE-88/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 72 de 72

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal